**6014.2019/0004396-6 - Reativação de Ciclo, Pagamento Retroativo e/ou Troca de Titular Ativo do Auxílio Aluguel**

**Despacho deferido**

**INTERESSADA( O ) :Francimar Faria de Lima, Fernando Nascimento Damasceno,José Geraldo do Nascimento e Marines de Souza dos Santos.**

Considerando as informações constantes, nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI 022156688 e 022156724,que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO a reativação de ciclo do benefício do Auxílio Aluguel dos(a) munícipes : **Francimar Faria de Lima**, CPF 362.350.478-51, **Fernando Nascimento Damasceno**, CPF 038.090.885-95, **José Geraldo do Nascimento**, CPF 995.825.468-91, **Marines de Souza dos Santos**, CPF 065.909.796-69 com fundamento no inciso I, da Portaria SEHAB nº 131/2015.

Atenciosamente,

**6014.2019/0004407-5 - Comunicações Administrativas: Troca de Titularidade**

**Despacho deferido**

**Interessados:** Rogerio Gomes Mariano

DESPACHO: Nº SEI / Desp.: Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI 6014.2019/0004407-5, que acolho como razão de decidir e passa a integrar apresente decisão, DETERMINO a Troca de Titular Ativo do cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, do munícipe Rogerio Gomes Mariano, CPF: XXX.XXX.XX8-05 para o munícipe Gabriela Ferreira de Souza Martins, CPF: XXX.XXX.XX8-42

**6014.2019/0004357-5 - Comunicações Administrativas: Troca de Titularidade**

**Despacho deferido**

**Interessados:** Juciara Souza

DESPACHO: Nº SEI6014.2019/0004357-5 / Desp.: Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI 6014.2019/0004357-5, que acolho como razão de decidir e passa a integrar apresente decisão, DETERMINO a Troca de Titular Ativo do cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, do munícipe Juciara Souza, CPF: XXX.XXX.XX8-00 para o munícipe Creuza Maria Souza, CPF: XXX.XXX.XX8-94

## SEHAB/GABINETE- INFORMAÇÃO Nº 970/ SEHAB.G/19

**PROCESSO 2015-0.264.032-1 INTERESSADO: Coordenadoria de Regularização Fundiária**

**ASSUNTO**–Concessão de Direito Real de Uso – Retificação

**DESPACHO:**

**I** — À vista dos elementos constantes nos autos, em especial os documentos juntados às fls. 1607 a 1625, à manifestação de fls. 1628 e 1629 e o relatório "Resultado da Análise do Cadastramento Social e Documentação Visando à Outorga dos Termos", juntados às fls. 1582/1591, referente à área denominada "Tiro ao Pombo", AUTORIZO a retificação do despacho de Fls. fls. 1595/1602, publicado no D.O.C. do dia 22 de outubro de 2015 págs. 19/20, fls.1626 e 1627, nos seguintes termos:

- **Onde se lê** 001-0001-B 1 - Sonia Aparecida Rodrigues Alencar RG: 164932008 SSP/SP 050.063.818-76 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal **Leia se** 001-0001-B 1 – **Sônia Aparecida Rodrigues Silva** RG: 164932008 SSP/SP 050.063.818-76 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal;

- **Onde se lê** 001-0004-A 1 - Juarez Xavier Barbosa RG: 845059 SSP/RN 567.434.164-87 2 - Lindraci de Oliveira Xavier Babosa RG: 244803432 SSP/SP 323.718.178-13 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Individual **Leia se** 001-0004-A 1 - Juarez Xavier Barbosa **RG: 60.782.780-4 SSP/ SP** 567.434.164-87 2 - Lindraci de Oliveira Xavier Babosa RG: 244803432 SSP/SP 323.718.178-13 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Individual;

- **Onde se lê** 001-0007-A 1 - Marineide Pereira RG: 1478893 SSP/AL 300.802.188-30 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal **Leia se** 001-0007-A 1 - Marineide Pereira **RG: 62.302.001-4 SSP/SP** 300.802.188-30 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal;

- **Onde se lê** 001-0011-A 1 - Reginaldo Gomes da Silva RG: 563137964 SSP/SP 045.849.784-33 2 - Giselly Sthefany Lima dos Santos RG: 30300363 SSP/AL 061.255.234-97 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração Individual **Leia se** 001-0011-A 1 - Reginaldo Gomes da Silva RG: 563137964 SSP/SP 045.849.784-33 2 – **Giselly Sthefany dos Santos Silva RG: 65.183.832-0 SSP/SP** 061.255.234-97 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração Individual;

- **Onde se lê** 001-0029-B 1 - Josefa Vieira de Lira RG: 320214369 SSP/SP 304.389.488-07 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal **Leia se** 001-0029-B 1 - Josefa Vieira de Lira **RG: 4462630-4 SSP/AL** 304.389.488-07 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal;

- **Onde se lê** 002 0036-A 1 - Irany França de Oliveira RG: 4973241 SSP/ BA 537.513.705-44 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Individual **Leia se** 002 0036-A 1 - Irany França de Oliveira **RG: 48.617.335-5 SSP/ SP** 537.513.705-44 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Individual;

-**((Onde se lê** 003-0006-B 1 - Nivaldete Alves de Almeida Santos RG: 373179558 SSP/SP 267.315.588-00 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal **Leia se** 003-0006-B 1 – **Nivaldete Alves de Almeida Araujo** RG: 373179558 SSP/SP 267.315.588-00 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal;

- **Onde se lê** 006 0001-A 1 - Edmercio da Hora Dantas RG: 500217671 SSP/SP 004.093.865-45 2 - Maria Cristina dos Santos RG: 0895953609 SSP/BA 227.506.798-18 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal **Leia se** 006 0001-A 1 - Edmercio da Hora Dantas RG: 500217671 SSP/SP 004.093.865-45 2 - Maria Cristina dos Santos **RG: 64.973.575-4 SSP/SP** 227.506.798-18 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal;

- **Onde se lê** 007-0002-A 1 - Regina Maria da Silva RG: 7570535 SSP/PE 077.447.014-37 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal **Leia se** 007-0002-A 1 - Regina Maria da Silva **RG: 62.506.301-6 SSP/SP** 077.447.014-37 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal;

- **Onde se lê** 010-0001-B 1 - Maria Aparecida de Lira RG: 1986697 SSP/AL 335.335.908-79 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal **Leia se** 010-0001-B 1 - Maria Aparecida de Lira **RG: 60.746.817-8 SSP/ SP** 335.335.908-79 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal;

- **Onde se lê** 010-0006-A 1 - Giselma Alves dos Santos RG: 368611553 SSP/SP 222.215.648-39 2 - Valter dos Santos RG: 1317182 SSP/ SE 882.453.305-15 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Individual **Leia se** 010-0006-A 1 - Giselma Alves dos Santos RG: 368611553 SSP/SP 222.215.648-39 2 - Valter dos Santos **RG: 62.680.551-X SSP/SP** 882.453.305-15 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Individual;

- **Onde se lê** 010-0010-A 1 - Viviane Messias da Silva RG: 42.753.571-2 SSP/SP 355.827.608-65 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Individual **Leia se** 010-0010-A 1 – **Viviane da Silva Melo** RG: 42.753.571-2 SSP/SP 355.827.608-65 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Individual;

- **Onde se lê** 016-0014-C 1 - Joseane Carvalho dos Santos RG: 338290473 SSP/SP 741.258.773-00 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal **Leia se** 016-0014-C 1 – **Joseane de Sousa Carvalho** RG: 338290473 SSP/SP 741.258.773-00 Concessão de Uso Especial para fins de Moradia Fração ideal.

## SEHAB/CMH

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO**

**GESTÃO BIÊNIO 2018/2019**

Data da Reunião: **22 de agosto de 2019**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano 2019, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, sala 182, auditório, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – Gestão – 2018/2020, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** Eduardo Francisco Forte Bustamante Debrassi (SEHAB); Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências (UMVASA); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC - Associação Movimento Sem Teto do Centro); Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP); Denise Antonucci (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil - Departamento de São Paulo). **Conselheiros (as) ausentes:** Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo); Mônica Fátima Zilani (Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Elcio Sigolo (SINDUSCON-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo) e Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo). **Justificaram a ausência os (as) senhores (as):** João Farias (SEHAB); Alexsandro Peixe Campos (SEHAB) e Alvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEOP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas) (Férias). **Presentes os (as) senhores (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH); Decio Vieira de Souza (COHAB-DIFIN); Heloisa Masuda (COHAB); Irene Alice Alves Suguiyama (SEHAB/DEPLAN); Nilson Edson Leonidas (COHAB/DITEC); Monalisa Pinheiro (FAU-USP); Luciana Royer e Ergon Cugler ("SEMEIPUSP"). **Pauta da Reunião:** 1) Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH-7ª Gestão realizada em 19/6/2019 (cópia em anexo); 2) Solicitação de Voto CECMH nº11/2019-7ª Gestão- Execução do Plano de Aplicação de Investimentos dos Recursos do FMH no 1º semestre de 2019 e realinhamento dos recursos para o 2º semestre de 2019- (cópia em anexo). Nesse item da pauta a COHAB-SP, na qualidade de operadora dos recursos do Fundo Municipal de Habitação, fará uma apresentação referente aos recursos aplicados nos termos da Resolução CMH nº120 de 21/02/2019 (cópia em anexo), e submeterá apreciação e aprovação do plenário a reprogramação dos recursos para investimentos para o 2º semestre de 2019; 3) Análise Inicial dos Recursos dos Fundos Municipais disponíveis para Habitação de Interesse Social- Conselheira Luciana Royer; 4) Informes sobre o andamento dos seguintes Grupos de Trabalho: 4.1) GT da 2ª Conferência Municipal de Habitação; 4.2) GT dos Programas Habitacionais da Cidade de São Paulo; 4.3) GT Articulação de Esforços para Aprovação Plano Municipal de Habitação de São Paulo – PMH. O Sr. Eduardo Debrassi dá início aos trabalhos. **Sr. Eduardo Debrassi –** Boa tarde. Havendo quórum, aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH-7ª Gestão. 1) Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH-7ª Gestão realizada em 19/6/2019. Gostaria de saber se existe alguma consideração a respeito da ata. (Pausa) Nenhum Conselheiro se manifestando, vamos considerar aprovada a ata da 5ª Reunião. 2) Solicitação de Voto CECMH nº11/2019-7ª Gestão- Execução do Plano de Aplicação de Investimentos dos Recursos do FMH no 1º semestre de 2019 e realinhamento dos recursos para o 2º semestre de 2019- (cópia em anexo). Nesse item da pauta a COHAB-SP, na qualidade de operadora dos recursos do Fundo Municipal de Habitação, na figura do Sr. Nilson, nosso Diretor de Técnico, fará uma apresentação referente aos recursos aplicados nos termos da Resolução CMH nº120 de 21/02/2019 (cópia em anexo), e submeterá à apreciação e aprovação do plenário a reprogramação dos recursos para investimentos para o 2º semestre de 2019. Com a palavra, Nilson. **Sr. Nilson –** Boa tarde a todos. Aqui tem uma visão do plano que aprovamos em fevereiro e a prestação de contas do executado aqui no 1º semestre de 2019. Ali na tela dá para ver mais ou menos. Aqui temos a expectativa do saldo do 2º semestre e algumas previsões que foram feitas para atender algumas demandas que apareceram nesse intermédio. Se quiserem falar item a item não tem problema, vou falar as alterações que tiveram em relação à versão de fevereiro. Uma mudança importante aqui é o item F04, bem no comecinho, está caracterizado pela Locação Social Parque do Gato e Olarias. O que é isso? Isso é que existe um déficit lá de R$2 milhões, contas de água e luz não estão sendo pagas, está com risco iminente de corte. A Sabesp já tentou cortar umas três vezes. Então, estou aprovando aqui uma verba de R$2 milhões, está incrementado aqui nesses R$3 milhões e pouco, que era R$1 e 800, para pagar essas contas das pessoas que estão morando na Locação Social. Tem F01, F02 e F03 os valores mantidos, o F04 é Locação Social, que estava no orçamento original R$1,776 milhão. Teve um consumo de R$1,036 milhão para pagamento de outras coisas fora Locação Social aqui: alojamento e outras tarifas bancárias e contas. Houve um requerimento para execução no 2º semestre para R$3,774 milhões, que é o saldo do R$1,700 milhão menos R$1,036 milhão, acrescido de R$2 milhões referentes a essas contas não pagas até agora. Esse valor está sendo retirado do valor de investimento lá embaixo, que vamos chegar, aqui é um corte no investimento para pagar isso aí. Essa é uma das maiores demandas desse 2º semestre. E para isso tentamos baixar um pouquinho de impostos federais, que está no F04, item 8, chamado impostos federais e impostos municipais, foram tirados daqui R$500 mil para dar lastro a essa operação. Impostos federais e municipais, que estava no valor de R$1,720 milhão. A executar no 2º semestre R$1,174 milhão. Os números são macros, depois tem a distribuição interna. R$1,720 milhão teve uma redução para R$1,174 milhão, que serviu como base de lastro para fazer pagamento desses R$500 mil. Lá na outra folha, lá em serviços de manutenção de Locação Social, é o F47: Vila Idosos, Olarias, foi tirado daqui o valor para complementar essa diferença aqui, então, vai ter um corte de manutenção do plano de Locação Social em função desse consumo de água. R$2 milhões é o que está hoje. Tivemos uma reunião com a Sabesp ontem, que a Sabesp queria saber quando vai poder cortar a água lá. Na verdade ela ia fazer um corte bem radical, ia cortar na entrada do conjunto, lá fora na rua. Ela não consegue entrar lá por motivos óbvios. (Manifestação fora do microfone: Às vezes problema de vazamento) **Sr. Nilson -**Não é vazamento, existem muitos gatos "plugados". (Manifestação fora do microfone: Desvio de água) **Sr. Nilson –** É, desvio de água e têm consumos enormes lá. Tem uma proposta de a Sabesp mesmo fazer a custo zero para nós todos aqui. Descobrimos isso ontem. Ela mesma vai fazer e quer implanta a leitura, fazer a regularização. Então, estamos solicitando de a Sabesp fazer isso no menor prazo possível para tentar reduzir o consumo de água lá. Foi feita reunião lá com as pessoas que comandam os condomínios, para ter ciência que eles também têm que pagar o condomínio, que esse é um grande de problema que temos, que é de pagamento das prestações. O condomínio lá é R$22 reais. Por isso não tem como pagar a conta de água, porque não tem lastro financeiro referente aos pagamentos. Então, estamos fazendo com a SEHAB revisão do sistema de negociação de débitos. Talvez na próxima reunião... Já está pronto, só estamos fazendo pequenos ajustes para fazer uma campanha de cobrança e negociação dessas pendências que tem aí, porque o sistema fica insuportável, insustentável. **Sr. Eduardo Debrassi –** Na próxima reunião vamos apresentar proposta para ser aprovada aqui no CMH, porque no processo de renegociação existe dificuldade para as pessoas voltarem a restabelecer o pagamento. Então, estamos encontrando melhor formato para poder fazer essa negociação junto à COHAB, com essas alterações, e vamos apresentar aqui no Conselho Municipal de Habitação. **Sr. Nilson –** Porque na verdade isso vai ser implementado, não é para o Gato, Olarias, mas para todos, inclusive vamos implantar o sistema de medição individualizada para cada um, todos do plano Locação Social, ninguém vai poder reclamar, porque todo mundo que mora em prédio sabe que esse problema de água é crônico. Então, essa situação que está acontecendo e estamos colocando aqui é porque vai chegar a um ponto que a Sabesp vai colocar água... Têm pessoas que pagam e não podem ser prejudicadas pelas demais que tem essa situação difícil aí. **Sra. Tereza Lara –** Boa tarde a todos e a todas. Sou Tereza, da Central dos Movimentos Populares e Associação Estrela Guia. Não conheço essa comunidade, mas temos dois empreendimentos onde moro, fora os que temos do CDHU e outros que ficam no São Francisco, mas geralmente essa ligação de condomínio com pagamento de água não é vinculada nesse pacote. Lá onde trabalhamos é desvinculado, eles pagam a conta de água desvinculada do condomínio. O condomínio do pessoal lá é R$50 reais, mas não inclui caixa d'água, não inclui essas coisas, pátio, mas a água são as pessoas que assumem. Temos que verificar onde é essa comunidade e quem trabalha com ela. **Sr. Nilson –** São cinco prédios lá, é um condomínio grande, estamos falando de 426 pessoas, que era a antiga favela do Gato, que fica aqui na Marginal Tietê. **Sra. Tereza Lara –** Podemos ver isso. **Sr. Nilson –** Não tem problema, mas a conta lá vem como condomínio, é uma conta única para cada bloco de apartamentos, a conta não está individualizada por morador, tem um rateio, esse rateio é geral. Esse tipo de coisa que a senhora está falando, não tem a conta individual, de cada um pagar, que seria fácil, que é o que queremos implantar agora com o apoio da Sabesp, tudo, que está propondo. **Sra. Tereza Lara –** Vai ter que botar em ordem isso aqui, né? **Sr. Nilson –** É. As pessoas também precisam ter consciência que estão morando no centro, pagando um aluguel barato e não quer pagar um condomínio de R$20 reais. **Sra. Tereza Lara –** Acho que o Conselho, as comunidades, pessoal da União, outro pessoal, que sentemos com essas famílias para ver qual o passo que daremos. **Sr. Nilson –** Mas tem o acompanhamento da SEHAB. Existem outros problemas lá bem mais graves. **Sra. Tereza Lara –** Mas o grave nós daremos um jeito. **Sr. Nilson –** Tudo bem, entendo isso, mas que pague condomínio. (Manifestação fora do microfone: É uma questão antiga já) Sr. Nilson - É uma questão antiga. **Sra. Samira –** Posso fazer uma pergunta? **Sr. Nilson –** Pode. **Sra. Samira –** Tinha orçamento para 2019 de R$5,400 milhões para manutenção. Foram executados R$607 mil. Aí vão ficar só mais R$2,200 milhões, né? **Sr. Nilson –** Isso. **Sra. Samira –** Nesses R$5,400, o que vai ser cortado para conseguir executar? **Sr. Nilson –** Se tinha que fazer pintura de alguma coisa lá não vai será feita, vou reduzir a manutenção ao mínimo necessário para executar. **Sra. Samira –** Coisa grande não, né? **Sr. Nilson –** Tem sim, tem que tirar o AVCB do Parque do Gato, que não tem hoje, porque existe uma situação complicada, porque para tirar o AVCB tem que manter os equipamentos, você conhece bem isso, os equipamentos de segurança, incêndio, isso tem que ser mantido até pelo menos a vistoria do Corpo de Bombeiros, para ter o AVCB do prédio e tem uma espécie de regularização nisso também. A regularização ainda não está feita, porque esse terreno é da prefeitura, tem um processo de passagem para a COHAB, tem lei. É a COHAB que administra o condomínio, mas AVCB é uma exigência do Corpo de Bombeiros para dar segurança às pessoas que moram lá dentro. Sabemos muito bem que é bem difícil ter extintor, equipamento de emergência, que o pessoal pega para vender. Isso é fato. Esse tipo de obra vai ser prejudicada, ou vai ser postergada, a execução será num ritmo menor. Essa é a situação. Um grande ponto de movimentação que teve aqui basicamente é esse. **Sra. Samira –** Porque, por exemplo, tem também um item aqui, que também é assunto antigo lá do Olarias, que é a coisa da localização dos elevadores. **Sr. Nilson –** Vai fazer uma licitação, então, também vai esticar um pouquinho. Tem o elevador, vou falar em piores condições, é o elevador do Asdrúbal, apesar que tem um funcionando e um quebrado há séculos, e está tendo um processo de modernização de todos, com exceção do Mario de Andrade e do Palacete dos Artistas. O Mario de Andrade é novo, o Palacete está numa qualidade boa. Senador está funcionando, é único elevador, todos têm contrato de manutenção, não são elevadores muito grandes, mas todos vão ser modernizados. Talvez num ritmo menor. Olarias é um caso gravíssimo, você conhece também, que o elevador lá não está funcionando há anos. Por que não está funcionando há anos? Porque contratamos empresas para fazer reforma, consertos. Conserta, conserta, conserta e há atos de vandalismo constantes e que faz com que os elevadores não funcionem. Funcionou uma semana, é lamentável, mas é uma realidade. (Manifestação fora do microfone: Quantos andares?) **Sr. Nilson –** Um têm 10 andares. Uma pessoa caiu da escada, porque não consegue funcionar o elevador lá, não porque não queiramos. (Manifestação fora do microfone) **Sr. Nilson –** Durou um ano desde a inauguração e teve vandalismo constante: roubo de porta, roubo de comando, de várias coisas lá. O pessoal do Social tem que fazer um trabalho de conscientização lá, mas também para aquele problema, vamos falar a verdade, todo o mundo sabe. Tem um problema grande de tráfico lá, etc., que é complexo. **Sr. Eduardo Debrassi –** (Fora do microfone) ...(inaudível)... **Sr. Nilson –** O pessoal de SEHAB, DTS Centro está fazendo recadastramento das pessoas que estão lá, ver as condições que estão lá, para chegar naqueles contratos. Se tiver casos extremos realmente tem que entrar com reintegração de posse e colocar a pessoa que precisa estar lá, em função do atendimento da demanda que tem. Demanda obviamente grande, que se enquadre nos requisitos, critérios que estão lá, nada de diferente de qualquer outro. **Sr. Eduardo Debrassi –** (Fora do microfone) ...(inaudível)... **Sr. Nilson –** Estamos fazendo os estudos e teremos uma postura um pouquinho mais para frente, tentar implantar para dar uma reerguida nessa situação. **Sr. Eduardo Debrassi –** Isso drena recurso do Conselho. **Sr. Nilson –** É, isso drena. No último ano não usamos dinheiro do Fundo para pagar, mas a situação só se agravou, porque o último pagamento de conta foi em julho de 2018, só para vocês terem uma ideia, não pensem que está só há um, dois meses, já está há mais de um ano sem pagar, por quê? Porque a arrecadação é insuficiente para cobrir a conta. A luz e administração nós pagamos. Vamos prosseguir: Serviços técnicos em empreendimentos prontos. Ficou mantido demais taxas e impostos, uma parte. Custos processuais e também ações judiciais. Aqui é tudo 08, porque a fonte do recurso é 08. Ações judiciais pagamento de R$ 1.776.193. Para vocês saberem, isso aqui foi uma ação judicial que uma empresa que é relacionada ao FUNAPS entrou, uma empreiteira, e ganhou R$2 milhões do Fundo. É história de uma medição não paga lá atrás quando ainda estava na prefeitura. Como a COHAB é sucessora do FUNAPS. As coisas acontecem, o cara ganhou a ação. Ou penhora, ou pagamento. Paga do mesmo jeito, não tem jeito, então, pagou. Quando postergamos um pagamento judicial geram uns créditos sucumbenciais com advogado, que aumenta 10%. Vai ganhar R$100 mil só porque entramos com ação. Apesar que esse caso não tinha mais jeito, estava irreversível, não tinha como. Na sequência, dessas ações do F08 até F21, entramos com duas coisas novas lá: F20 e F21 aqui, que é o Edifício Riachuelo e Mendonça Junior. Por que isso apareceu de repente, se o Mendonça Junior já está entregue? Vou falar do Riachuelo. Aconteceu um incêndio na loja comercial embaixo que causou danos ao prédio. O incêndio foi fora do prédio e adentrou. Tinha uma barraquinha de um morador de rua, naquele frio ele fez uma fogueirinha para esquentar, como tinham quebrado todos os vidros da porta, esse fogo entrou e derreteu as tubulações de água e esgoto dentro do prédio no térreo, danificou marquise, etc. Então, vamos ter que fazer uma obra de R$100 mil para reparar isso aí. Quem passar lá em frente, até hoje está vazando esgoto. Precisava incluir isso aqui, para pegar esse dinheiro e executar essa obra emergencial. Mendonça Junior é uma ação judicial, temos que fazer uma obra lá de pequena monta, acho que uns R$10 mil, por motivo de uma ação judicial, piso destacando lá, tem que repor. **Sra. Ana Maria –** Na folha que vocês têm não estão aparecendo os valores: Edifício Riachuelo R$100 mil e Mendonça Junior R$10 mil. **Sr. Nilson –** Na verdade esses valores englobam no total. **Sra. Ana Maria –** Eu consegui colocar e gravar no site. **Sr. Nilson –** Essa impressão é como foi apresentado o plano, não no detalhamento, foi da comissão de acompanhamento da execução de obra. Esse está igual ao que foi apresentado anteriormente na aprovação em fevereiro. Todos os demais são mantidos, com execução de alguns. Aquele do Imigrantes, bem no finalzinho da Avenida Ricardo Jafet, perto da Bandeirantes, que foi feita uma pintura lá. As obras não eram de grande monta. (Manifestação fora do microfone) **Sr. Nilson –** Mas os serviços lá referentes ao AVCB foram todos executados. (Manifestação fora do microfone) **Sr. Nilson –** Como todos sabem, o Fundo não tem muito dinheiro, não dá para fazer tudo, de tudo, de tudo. Foi feito um rateio no final do ano passado, isso é continuação do ano passado, atendendo essa parte e deu para incluir essa parte da pintura. (Manifestação fora do microfone) **Sr. Nilson –** Os demais, todos os outros empreendimentos que estão aqui, obras, alguns estão em licitações. O da Fátima, que ela já sabe, estamos assinando o contrato. **Sra. Fátima –** Não é da Fátima. **Sr. Nilson –** Da Fátima, o Jardim Celeste, problema de contenção que teve lá. Se você se lembra, eram R$300 mil, estamos contratando por R$76 mil. (Manifestação fora do microfone: Só lembrando que tem 500 e poucas famílias ali) **Sr. Nilson –** Você tem o acompanhamento bem em cima ali. Feito tudo internamente, sem gastar nenhum centavo por fora, muro de arrimo, tudo. Contratamos direto, por isso saiu rápido. **Sra. Ana Maria –** Imigrantes, o que vocês não tem aí, aparece aqui na tela, foi executado no 1º semestre R$505,291 mil e tem R$39,909 mil para executar. Grande valor foi o Parque Continental, né? **Sr. Nilson –** Parque Continental, que são muitos prédios lá, fizemos lá obra para obtenção do AVCB. **Sra. Ana Maluf –** R$1,319. **Sr. Nilson –** São vários prédios lá, acho que 13, 14, era um montante realmente grande, contratamos no final do ano, pagamos R$6 mil no ano passado e o resto este ano. Os outros investimentos aqui, do F22 para baixo, todos foram mantidos, não tem inclusão de nada, nem redução, os valores são os mesmos. Reurbanização do Alojamento Jacaraípe está em projeto, não tem recurso. F29, Anecy Rocha: conservação, complementação e adequações. É um terreno que entrou aqui, faz parte do Fundo e que tem que fazer o cercamento nele, uma parte não está cercada, R$500 mil. O terreno é grande. Quando pegamos terreno nesse estado, tem o que chamamos de kit terreno: limpeza de entulhos, calçada e muro, dificilmente escapa dessa situação. Terreno aberto o pessoal joga entulho, tem uma estimativa de volume que incrementa dia a dia, infelizmente é uma cultura pobre que tem aqui, São Paulo como um todo. Serviços de cartório foram mantidos os valores. Investimentos para obras e regularização fundiária no Jardim Imperador, Vila Mara, Munck, Uirapuru, todos estão mantidos aqui esses investimentos. **Sr. Eduardo Debrassi –** Só uma pergunta: Esse City Jaraguá? ...(inaudível)... **Sr. Nilson –** Esse City Jaraguá é somente para os prédios. Lá existe uma parte de casas e alguns terrenos, inclusive tem um terreno da prefeitura lá naquela região, que era fruto de uma solicitação de troca de FDS entidades, que era uma solicitação, isso o nosso jurídico não tinha vetado, né? **Sr. Eduardo Debrassi –** Isso para os prédios? **Sr. Nilson –** Só para os prédios, precisa de AVCB, regularização lá. São muitos prédios, precisa de uma verba inicial para disparar, é um projeto de mais de R$30 milhões. R$10 milhões aqui para o Imperador, Vila Mara, foi feito Rio das Pedras, antigo, há três anos para fazer, também já está tudo orçado. Esse está em fase final da licitação. Munck também. Morada do Sol - Elisa Maria... **Sr. Eduardo Debrassi –** Acha que chegamos nessa execução? **Sr. Nilson –** Têm muitas coisas aqui, o objetivo é esse, conseguir o máximo. Morada do Sol é uma regularização, na verdade é um terreno ocupado lá no comecinho da zona norte de São Paulo, que tem obrigação de regularização fundiária entre SEHAB e COHAB. Então, estamos fazendo diagnóstico do terreno para depois desenvolver os projetos, têm coisas consolidadas. Tem 15, 20 anos já. Temos o Ministério Público em cima disso aqui também, algumas situações aqui têm exigências do Ministério Público. **Sra. Luciana –** Posso fazer uma pergunta? **Sr. Nilson –** Sim. **Sra. Luciana –** Luciana, da FAU-USP. Obrigada pelos esclarecimentos, está sendo bem interessante a apresentação, mas aqui na 4ª coluna, que é de objeto, na 2ª, que é local/descrição, entre F07 e F08, na página anterior: Na linha das dotações orçamentárias: Serviços técnicos em empreendimentos prontos. Depois tem obras e instalações em empreendimentos prontos. Depois tem obras de regularização fundiária e serviços técnicos e manutenção. Todas essas descrições, que são diferentes, tem quase a mesma descrição do objeto. Manutenção, melhorias, conservação predial, instalação de infraestrutura e adequação de equipamentos de segurança e combate a incêndio. Estou entendendo que isso é para facilitar a vida de vocês na execução, mas que são coisas bem distintas, porque uma coisa é obra e instalação, outra coisa é serviço, outra coisa é regularização fundiária. **Sr. Nilson –** Isso é para ter uma facilidade, no ato da contratação do jurídico às vezes emperra em pequenos detalhes. Mas cada um tem sua característica diferenciada, cada empreendimento conforme a característica que cada um precisa para executar. **Sra. Luciana –** Essa separação que vocês estão fazendo? **Sr. Nilson –** Isso vem de anos atrás. **Sra. Luciana –** Vocês estão colocando aqui como obra de regularização fundiária, então, eu estou entendendo que são pequenas obras mesmo, não são serviços de regularização, é isso? **Sr. Nilson –** São pequenas obras, não estou fazendo implantação de rua para fazer regularização no conjunto, são obras pontuais dentro desses locais. **Sra. Luciana –** Entendi. Era isso que queria saber. Obrigada. **Sr. Eduardo Debrassi –** Os recursos estão na ICRF para regularização, essas despesas. Aqui são somente as pequenas obras. **Sr. Nilson –** Em síntese, em alguns deles preciso ter principalmente AVCB, para depois pegar a documentação junto a KPMG e levar ao registro no cartório para ter o conjunto urbanizado. Depois tem o contrato regularizado, ou até aqueles termos que estão usando de permissão de uso, tal, tudo, e financiamento em si mesmo com registro no Cartório de Registro de Imóveis com vinculação. No IPTU atual, houve mudança da regra, e aparece COHAB e o nome do proprietário. COHAB está em cima, o Fundo e embaixo o morador, por que o que acontece? Em caso de dívida, a dívida não é da COHAB, é do morador. Estamos chegando lá embaixo em Serviços técnicos e manutenções de Locação Social, já tivemos antecipação disso, queria fazer redução do investimento em razão do consumo de água, é uma situação de redução pontual, mas continuou o sistema. Portaria, zeladoria e limpeza vamos partir somente para o porteiro, zeladoria vai ficar talvez para o próximo ano por falta de recurso, não são serviços baratos. Empreendimentos novos, obras de Locação Social, reforma do centro. Na verdade esses empreendimentos não têm recursos, com exceção do 7 de Abril, que tem recurso da operação urbana. Então, esse já tem projeto aprovado, estamos aguardando só para lançar licitação da obra, da reforma, é um retrofit esse prédio aqui da Rua 7 de Abril. E o contrato de vigilância é de todas as áreas ligadas ao Fundo. Existem alguns postos fixos de algumas regiões que são críticas, outros têm rondas diárias para verificar como está, não tem um guarda em cada terreno, vai ter um custo verdadeiramente imenso, inviável. Tem ronda de moto, passa de manhã e à tarde todo dia. **Sra. Lucia-**

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 24 de outubro de 2019 às 02:07:25.

**na –** Quero fazer outra pergunta. **Sr. Nilson –** Fique à vontade. **Sra. Luciana –** Boa notícia que temos um recurso de operação urbana centro para fazer a reforma. Ele está na lista dos investimentos do Fundo Municipal de Habitação para complementar esses recursos? **Sr. Nilson –** Não, você pode ver que o recurso que está aqui é velho, mas é recurso de operação urbana, por isso não entra nenhum valor aqui. **Sra. Luciana –** Mas ele está para termos o controle do que tem? **Sr. Nilson –** Sim. **Sra. Luciana –** O único empreendimento de HIS na operação urbana centro até agora é esse? **Sr. Nilson –** Esse é o que está mais próximo de sair. Tivemos a posse do prédio há pouco tempo, há uns dois meses. Também temos uma dificuldade, se o proprietário não deixar o pessoal da arquitetura entrar lá para fazer o diagnóstico, consecuções, etc., fica difícil concluir o projeto. Realmente às vezes esse problema existe. Nesse caso tiveram facilitadores, o projeto já está pronto, agora vamos partir para a licitação da obra como um todo. **Sra. Luciana –** É na esquina da Marcone esse? **Sr. Nilson –** Não, é mais no fundo. **Sr. Eduardo Debrassi –** Mais algum questionamento? (Pausa) Fátima. **Sra. Fátima –** Boa tarde a todos e a todas. Não seria um questionamento nessa questão, mas uma colocação de inclusão de algumas áreas, que não estão aqui na questão do orçamento previsto. Não sei se será possível para este ano, mas para o ano que vem se possível alguns empreendimentos que são da COHAB, que não estão nessa lista de manutenção e queríamos que fossem incluídos: Conjunto Jardim Celeste, são 480 apartamentos lá. Foi feito AVCB e na época era prevista manutenção de pintura, essas coisas. Não foi feito, não foi incluído. Conjunto Habitacional Jardim Celeste I e II, 200 unidades, também manutenção de casas, pintura, essas coisas, projeto de COHAB que não foi feito desde 1996, nunca foi feita a manutenção. Associação de Construção Paulo Freire Leste 1, 100 unidades, também necessita de manutenção lá no projeto. E Associação de Trabalhadores da Ajuta, Unidos Venceremos, 100 unidades, que também foi finalizado no Governo Pitta, recebeu recursos do Governo Marta, mas também está necessitando de manutenção esse projeto, que até hoje não foi feito nada. Não sei se para este ano, estava até conversando, ele falou que provavelmente não haja previsão para isso, mas queríamos que entrasse no orçamento do ano que vem. **Sra. Ana Maluf –** Qual foi o primeiro que você falou? **Sra. Fátima –** Jardim Celeste. **Sr. Eduardo Debrassi –** Vou solicitar que a Fátima encaminhe a relação... **Sra. Fátima –** Foi feito pela CONSTRUCAP Empreendimentos. **Sr. Eduardo Debrassi –** Você encaminha à Ana que vamos examinar. **Sr. Nilson –** Te falei que vamos analisar. **Sra. Fátima –** Vamos encaminhar. **Sr. Nilson –** Na verdade, Fátima, aquilo que te falei antes de começar a reunião é o seguinte: a manutenção disso aí, entendemos pintura, e tudo, entendemos que as pessoas também tem que fazer manutenção, não pode ficar para o órgão público fazer tudo, né? **Sra. Fátima –** Dentro dos empreendimentos os moradores fazem a manutenção, tudo isso que você colocou, graças a Deus não temos essa preocupação, que eles cuidam muito bem do condomínio por dentro, mas eles não têm condições de manutenção por fora do empreendimento, que é a pintura. Já tínhamos pedido isso aí na gestão passada. Logo depois também no Conselho solicitamos. Foi feito AVCB. Assinaram os contratos e não foi feita essa manutenção por fora. **Sr. Nilson –** Não foi previsto isso, porque tinha que interagir com o dinheiro que tinha para executar mais essas obras de manutenção preventiva de incêndio, que é emergencial. Essa parte de pintura, em alguns casos que deu para encaixar no orçamento, que era de pequena monta foi colocada em algumas situações. Como no caso do Gato, que foi feita a pintura, lá foi o contrário, foi feita a pintura para dar uma revitalizada na aparência do imóvel, a custo de não ter executado os AVCBs na época. Foi dado um upgrade na pintura, de várias manutenções feitas no Gato há alguns anos, lá em 2016, e tudo, começo de 2017 foi feita essa pintura, um trabalho grande. Foi investido um dinheiro razoável, porque estava muito degradado. E agora tem que colocar a parte de segurança em ordem. Nesses outros casos invertemos essa situação e deu prioridade para estar todo mundo com segurança. Se for possível pintar, ou não, se o orçamento permitir, se enquadra, coloca, não há problema. **Sra. Fátima –** No orçamento passado não tinha dinheiro para pintura, então, foi feito AVCB, mas não teve pintura. Mas parou o processo e queremos retomar agora. **Sr. Nilson –** Na verdade sempre o cobertor está curto, temos que priorizar aquela situação que precisa mais emergencialmente, não que não possa ser estudado caso a caso. **Sra. Fátima –** Por isso mesmo, tem audiência pública da questão do orçamento. Estamos colocando hoje na Câmara o pessoal para brigarmos, para que consigamos viabilizar o processo que estamos aqui solicitando. Vou deixar uma cópia aqui com a Ana. **Sr. Eduardo Debrassi –** Mais alguma questão? **Sra. Tereza Lara –** O Jardim Imperador fica localizado no Heliópolis, é isso? **Sr. Nilson –** Naquela região do Ipiranga. **Sra. Tereza Lara –** Naquela região do Sacomã, Ipiranga ali. Queria te perguntar: você sabe o tamanho daquilo lá? Quantos prédios têm ali no Jardim Imperador? **Sr. Nilson –** Não tenho esse número agora, mas acho que são 13 ou 14. **Sra. Tereza Lara –** Está na lista também? **Sr. Nilson –** Na verdade já vem da lista do ano passado. Foi feito no finalzinho do ano, incluímos a parte do AVCB em alguns casos. Pode ver que alguns foram pintados lá, mas não todos. **Sra. Tereza Lara –** Porque naquela lista que foi apresentada no mês passado não estava, né? **Sr. Nilson –** Já estava, porque essa lista aqui é a mesma. Se você olhar de fevereiro, é a mesma lista. Só refletiu para cá o que vai executar, já existia essa situação, que na verdade isso aqui já está vindo desde 2018. **Sra. Tereza Lara Nilson –** A maior Escola de Samba do Ipiranga é localizada lá no Jardim Imperador, né? **Sr. Nilson –** Imperador do Ipiranga, coincidência. **Sr. Eduardo Debrassi –** Se não há mais nenhuma consideração... **Sra. Esther –** Rapidinho, só uma consideração. Boa tarde a todos. Me chamo Esther. Em relação à manutenção de unidades habitacionais entregues pela COHAB em si. Acredito que essa manutenção externa, área estrutural realmente tem que ficar a cargo da própria COHAB, enquanto os mutuários estão pagando suas contribuições, suas prestações em dia. Também, se não estão em dia cabe à própria COHAB gerir como faz essas prestações ficarem em dia, numa situação de renegociação com essa carteira de inadimplência. Em relação, assim, só para citar, moro num condomínio de CDHU, que a própria Associação que hoje presido fui mutirante em 99. A CDHU demorou mais ou menos uns sete anos para poder fazer a pintura externa do apartamento. Os apartamentos lá são todos de bloco aparente. Mesmo assim foi feito. Essa manutenção externa é muito difícil para o próprio condomínio fazer, porque fica uma parte externa, e perigoso também para as pessoas fazerem. Agora, acho estranho o pagamento de conta de consumo de água, por exemplo, que é uma coisa inacreditável fazer pagamento de consumo de água, que deveria ser uma coisa de a própria pessoa que está consumindo, ou não consumindo, ou se estão fazendo gato, ou outras coisas, do Poder Público estar pagando uma conta de R$2 milhões, separando dinheiro para fazer uma coisa que não deveria fazer. Então, acho que pensar como melhorar isso, como pode ser feita essa gestão, para que esse dinheiro do recurso realmente esteja indo ao lugar correto. Pagar uma ação judicial de R$1,700 milhão em uma coisa que deveria ser paga lá atrás numa medição que realmente era devida, e hoje ter que sair tanto dinheiro do cofre público também para pagar uma ação judicial, vamos pensar melhor. Somente sugestões para pensarmos juntos para isso não acontecer, né? **Sr. Nilson –** Alguns passivos do passado e situações do presente que temos que enfrentar com criatividade, com vontade e desafios. **Sra. Esther –** Na verdade o passado serve para nos aprimorarmos e não repetirmos os erros, né? É só isso. Obrigada. **Sr. Nilson –** Está ok. **Sr. Eduardo Debrassi –** Vamos encaminhar para aprovação. As pessoas que concordam, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado. 3) Análise Inicial dos Recursos dos Fundos Municipais disponíveis para Habitação de Interesse Social- Conselheira Luciana Royer. Havíamos conversado com a Luciana, para que fizesse uma apresentação em torno da questão dos Fundos. Quero saber se depois a disponibiliza para encaminharmos a todos os membros do CMH. Quanto tempo precisa? **Sra. Luciana –** Secretário, estava comentando com a Ana Maria, que por conta das reuniões que tivemos, tanto IAB quanto as universidades com a Secretaria Adjunta, com a sua presença, que fosse mais interessante que junto com a cooperação do IAB, também do Mackenzie, que juntasse todos os Fundos disponíveis para Habitação que estão operando no Município de São Paulo, não apenas o Fundo Municipal de Habitação, e fizéssemos um estudo um pouquinho mais aprofundado e apresentarmos então no Conselho Pleno, também num seminário aberto que vamos fazer, em conjunto com o IAB, para que isso possa de fato ser alguma coisa que ajude, subsidie a Secretaria, ajude nessa mobilização para a Conferência Municipal de Habitação. Por isso optamos na universidade por não apresentar agora, para que possamos atualizar e fazer isso conjuntamente. **Sr. Eduardo Debrassi –** Só pediria para ajustarmos bem esse momento até a apresentação, que isso esteve dentro do processo da construção dos grupos temáticos. Ou se fazemos isso durante a realização das plenárias regionais. **Sra. Luciana –** Podemos pensar conjuntamente. **Sr. Eduardo Debrassi –** O melhor, consideraria que fosse anterior, que as pessoas já tivessem esses elementos disponíveis, isso subsidiaria não só junto com o documento elaborado pelos grupos temáticos, subsidiaria a participação das pessoas nas plenárias regionais. **Sra. Luciana –** Quando começam as plenárias regionais? **Sr. Eduardo Debrassi –** Na reunião do grupo técnico que tratou dessa questão estaríamos iniciando no dia 28 de setembro. São 9 plenárias regionais. A última no dia 30 de novembro. Agora, como produção de conhecimento é uma coisa que colocamos prazo de referência, mas depende do trabalho, mas que conseguíssemos apresentar essa primeira no movimento da conferência. **Sra. Luciana –** Antes dessa data então? **Sr. Eduardo Debrassi –** Se possível, se pudéssemos fazer algo na última semana de setembro acho que já ajudaria, inclusive ajuda a esquentar o debate para a conferência. **Sra. Luciana –** O que conseguimos, Secretário, é apresentar os grandes números a partir da disponibilidade que tem nos dados abertos da Secretaria de Finanças do município. Não conseguimos até essa data fazer uma descrição mais detalhada de localização, que seria bom, porque são conferências regionais. Mas, por exemplo, aí aproveito para elogiar, esse tipo de prestação de contas, aí sim os Conselheiros conseguem trabalhar. Vocês viram que conseguimos fazer contribuições, todos os Conselheiros aqui. Esse tipo de detalhamento localizado dos investimentos certamente nós não conseguiremos para essa data antes de 28 de setembro, mas os grandes números que estão no QDD, que é o Quadro Detalhado de Despesa, é o que tem disponível na página da Secretaria de Finanças nós conseguiríamos sim. **Sr. Eduardo Debrassi -** Existem duas Secretarias Executivas, do FMSAI e do FUNDURB, eles têm essa memória, têm esses dados relativos à execução orçamentária. **Sra. Luciana -** Vamos ter do FMH. Do FMSAI estamos solicitando também, porque o CMH tem o assento lá. Estamos solicitando esses dados e espero que consigamos. Obviamente que o máximo que conseguirmos avançar até lá vamos entregar como contribuição de um grupo, que é formado pelas universidades e pelo IAB. **Sr. Eduardo Debrassi -** Fico à disposição de vocês, se houver alguma dificuldade, de convocarmos o Secretário Executivo do FUNDURB e do FMSAI, para agilizar a disponibilização dessas informações necessárias. **Sra. Luciana -** Muito obrigada. **Sr. Eduardo Debrassi -** Então, tem como último ponto aqui, a Ana vai fazer uma apresentação dos informes do andamento dos grupos de trabalho. Só vou pedir para vocês que me dispensassem dessa parte, porque o pessoal da CUT e o pessoal da CTB, que integram o Conselho, depois de quase um mês conseguimos marcar uma reunião para hoje, para conversar sobre a participação dos trabalhadores na conferência. Tivemos uma reunião inclusive hoje também com o IAB. Algumas contribuições também já estão sendo agendadas para subsidiar os debates, então, gostaria de dizer a vocês que conversamos com o SINDUSCON, eles estiveram presentes aqui, debatemos muitas questões relativas ao financiamento, inclusive com informações sobre a situação dos empreendimentos da cidade de São Paulo. Fizemos uma reunião com os corretores, que inclusive vão encaminhar uma proposta para os grupos temáticos sobre uma imobiliária social, que é uma ideia que eles têm. Eles têm hoje um curso técnico de 2º grau e tem um curso de nível superior específico, com gestão deles sobre o que vão disponibilizar para alunos, para capacitação, à disposição também do Conselho. Estive também com o Dr. Marcos Vinícius. Temos também outras reuniões com o judiciário e temos com a Câmara Municipal. A nossa ideia é conseguir chegar até o dia 19 com o Regimento da Conferência já realizada. A constituição da comissão executiva da conferência. O temário vamos poder já apresentar um primeiro resultado do trabalho dos grupos, eles estão com o compromisso. A Evaniza ficou como relatora desses grupos, estamos trabalhando para ela conseguir fazer uma apresentação mais sistematizada em que foi produzido nos grupos, que já pudéssemos conformar uma questão. Chamo atenção hoje o interesse da imprensa sobre a 1ª Audiência Pública sobre o Plano Municipal de Habitação. Hoje fiz uma entrevista com eles. Estiveram na Câmara Municipal também com o Fabio Riva. Isso serve também de um chamamento e movimentação da sociedade para a questão de hoje da 1ª Audiência Pública. Nossa ideia é trabalhar justamente com aprovação, estamos trabalhando junto à Câmara para aprovação do Plano Municipal de Habitação ainda este ano. Então, poderíamos chegar à conferência já com a lei aprovada, de como o trabalho que vai sendo realizado na definição das metas e programas dentro do Plano Municipal de Habitação, que é um compromisso que assumimos com o Conselho Municipal. Esse pessoal da Central é difícil, é mais fácil falar com o SINDUSCON do que com eles. **Sr. Nilson -** Queria deixar um ponto aqui, só para ilustrar um pouquinho dessa situação do consumo do Gato. É um dado real do mês de abril de 2018. A penúltima conta que pagamos mais ou menos é um consumo médio de R$70 mil reais por mês, que gera um consumo por apartamento de R$165 reais por mês de consumo, 14 mil metros cúbicos a 33 metros cúbicos por apartamento, é só para vocês terem uma ideia da situação. São 33 metros cúbicos de água por apartamento, o que geraria uma conta em torno de R$165 reais. Parque do Gato, consumo médio por mês, R$70 mil reais por mês, que gera esses números de volume de água utilizado. **Sr. Eduardo Debrassi -** Na verdade esse é um problema que ainda vai por algum tempo impactar as finanças da COHAB e da Secretaria, porque são condomínios que foram entregues. Não conseguimos finalizar aprovação e constituição dos condomínios, porque se tivéssemos conseguido entregá-los nas condições para os moradores, se eles assumissem a gestão condominial essa questão ficaria liberada. Esse é o esforço da COHAB hoje de fazer a regularização e quitação dos empreendimentos que já estão. E temos aqui uma questão que ainda iremos discutir aqui no Conselho, temos 87, vamos chegar a 91 empreendimentos na cidade de São Paulo que ainda estão em TPU. Alguns deles são do PROVER ainda, que ainda não foram objetos de regularização. Então, isso é um ônus que vai ficando, têm 31 mil unidades habitacionais que ainda estão em TPUs no município. Queremos apresentar um programa junto, estamos fazendo a regularização fundiária, da regularização desses empreendimentos, para que adquiram vida própria e liberem. Ela tem absoluta razão na consideração que fez, porque acaba drenando recursos, porque a titularidade continua sendo de SEHAB e COHAB. **Sr. Nilson -** Reduz nossa capacidade de investimento em situações futuras, ou melhores. **Sr. Eduardo Debrassi -** Não é um bom aproveitamento do recurso. **Sra. Luciana -** Secretário, só aproveitar, uma última coisa antes de sua saída. Nos estudos que estamos fazendo tem um investimento que dá como liquidado no Quadro Detalhado de Despesa, que é o empréstimo do Santander. **Sr. Eduardo Debrassi -** Essa questão do empréstimo do Santander estamos em negociação ainda com a Caixa Econômica Federal, porque ele foi feito para produção de unidade habitacional, mas a Caixa é agente financeira para poder efetivar o programa. E estamos em debate, buscando utilizar esse recurso para produção de 1.600 novas unidades habitacionais para Faixa 1. **Sra. Luciana -** A Secretaria de Finanças deu como liquidado, ou seja, que esse recurso entrou e já foi liquidado, quer dizer, já foi dado andamento nisso. **Sr. Eduardo Debrassi -** Foi dado andamento, mas estamos precisando, porque tem uma dificuldade com a Caixa. Estamos precisando de uma autorização da Caixa para poder fazer esse empreendimento. Estamos com essa tratativa com a Caixa desde maio deste ano. Parece que agora vai resolver. E fomos obrigados inclusive a fazer um entendimento com o Santander, porque a partir do mês de agosto íamos passar a pagar R$1 milhão de multa pela não execução do investimento. Mas esse recurso, a partir do momento, tem essa questão, nós temos o projeto, a ideia é que conseguíssemos construir até o final da gestão do Prefeito Bruno Covas. Mas têm outros também. Estamos tratando com a Dra. Camila a liberação de R$600 milhões para produção de unidades habitacionais da operação urbana da Água Branca. Parece que agora vamos conseguir chegar a um termo, até o dia 13 de setembro tem uma definição dessa questão, que esses recursos seriam liberados para produção de unidades habitacionais. E também estamos buscando acertar os detalhes finais para um leilão de CEPACs na operação urbana de Águas Espraiadas. Esse recurso seria para iniciar as obras naqueles terrenos que já foram desapropriados, que estão de posse. Já iniciamos a licitação dos projetos executivos. Se for a bom termo o leilão, teríamos recurso para produção de 2.200 novas unidades habitacionais naquela região ali do Jabaquara, como teve a integração urbana ali, não vai ter um túnel, mas têm os terrenos e teve impacto as obras que foram realizadas, particularmente pelo Metrô naquela área. Então, tem demanda já estabelecida, vinculada, mas os recursos ainda não eram suficientes para poder iniciar as obras. Então, são duas questões relativas à operação urbana. Sexta da semana que vem... **Sra. Ana Maluf -** Dia 30. **Sr. Eduardo Debrassi -** Dia 30 solicitamos, fruto de um debate que teve, uma reunião sobre o Pio Central com o Conselho Municipal de Habitação. **Sra. Ana Maluf -** 15º andar. **Sr. Eduardo Debrassi -** Então, essa questão é importante, porque dali vamos tratar, é mais complexa do que Jurubatuba, porque envolve toda questão da habitação da área urbana, cortiços e Locação Social, os prédios ocupados, então, ali vamos começar a desenhar o nível de intervenção. É uma questão específica na valorização do Conselho como centro da elaboração da gestão de política habitacional no município. Já houve uma audiência pública. Acho que terá uma segunda para ser realizada, mas essa é específica para o Conselho. É aberta a outras pessoas também, para que possamos debater mais claramente o procedimento ao Pio Central. **Sra. Ana Maluf -** 4) Informes sobre o andamento dos 4 Grupos de Trabalho criados no âmbito dessa gestão do CMH. Começando pelo Grupo da 2ª Conferência Municipal de Habitação. Ali nós temos quantas reuniões esse GT já realizou. Começou desde 05 de dezembro de 2018 a primeira reunião. Tivemos outra no dia 27 de março; 04 de julho; 16 de julho; 07 de agosto; 13 de agosto e teremos uma próxima no dia 03 de setembro. Então, o grupo começou a tomar pulso a partir de julho de 2019, já com os trabalhos sendo mais acelerados. O que temos de resultado desse GT? Na última reunião realizada, como falei, no dia 13 de agosto, foi definido pelo GT quais são os locais previstos e as datas previstas das pré conferências regionais. Vão ser realizadas 9 pré conferências – Aqui não está na ordem das datas – Começando no Sul 2, no dia 28 de setembro de 2019. O grupo deu várias alternativas de locais para realização e a Secretaria está buscando a viabilidade para realização nessa data. Na Região Sul 1, a data da pré conferência está marcada para o dia 26 de outubro, com o CEU Guarapiranga como uma alternativa; o SESC Santo Amaro; Teatro Paulo Eiró. Confesso a vocês que estamos encontrando dificuldades para conseguir que o SESC libere os espaços, porque me mandaram num e-mail, dizendo que eles têm atividades aos finais de semana e é muito difícil eles conseguirem liberar os espaços, que não vamos ter isso certo. Então, estamos buscando lá nas outras alternativas. As outras pré conferências, na Região Sudeste foi marcado para o dia 19/10, com Centro Universitário São Camilo, CEU Parque Bristol e CEU Meninos. Na Região Central, no dia 09/11, o SESC 24 de Maio e SESC Consolação também já vi que não está dando resultado. A ETEC Santa Ifigênia. Ontem tomei a iniciativa de mandar um formulário para a Praça das Artes para ver se temos condição de ser realizado lá. Enfim, estamos fazendo a busca dos locais. As outras regiões: Noroeste no dia 26/10. Oeste 19/10. Então, se vê que no dia 19/10 nós vamos ter na Sudeste e na Oeste. Na Norte no dia 23/11. Na Leste 1 no dia 23/11. A Unicid do Carrão já me disse que não consegue, porque vão estar numa época de vestibular, exatamente nesta data é a véspera do vestibular que será realizado lá. Passou o contato da Unic Sul, mas a Esther está vendo se consegue a São Judas. Quem tiver mais ideias de mais lugares para nos fornecer para irmos atrás, por favor, nos ajudem. Na Leste 2 no dia 30/11/2019, foram dados 4 locais: CEU Jambeiro; Obra Social Dom Bosco do Padre Rosalvino; a Elite Itaquerense, que é um clube; a FATEC de Itaquera também estamos indo atrás. **Sra. Esther -** Elite está na Leste 1 ou Leste 2? **Sra. Ana Maluf -** Leste 2. (Pausa) Então, FATEC Centro não colocaram como uma opção. Podemos colocar também. Então, vamos ter uma programação que foi aprovada pelo grupo de como se darão as pré conferências regionais, a programação: 13h30 abertura. O período que faltou colocar aqui, o credenciamento das 12h00 até 13h30. Às 13h30 abertura. Às 14h apresentação do temário da conferência. Às 15h os grupos de trabalho temáticos: levantar questões para os participantes. Às 16h a plenária: aprovação das propostas para a Conferência Municipal. Às 17h30 eleição dos delegados para a Conferência Municipal. Às 19h daria o encerramento. Essa foi a programação acordada pelo grupo. Fátima. **Sra. Fátima -** Só um destaque na questão do dia da Sul 2, que tinha decidido no grupo, mas houve um acordo com os Movimentos a possibilidade de passar para o dia 30. Vai ficar no mesmo local, e tudo, só a data seria alterada. Aí já no destaque para alterar, o credenciamento a partir das 12h e se encerra o credenciamento na abertura, né? **Sra. Ana Maluf -** Sim. Vou modificar, acrescentar mais uma linha lá das 12h às 13h30 o credenciamento. **Sra. Fátima -** Tem o credenciamento online, mas a pessoa tem que ir lá para confirmar. Receber o crachá, e tudo. E tem presencial, né? **Sra. Ana Maluf -** Sim. Isso que você colocou, tanto a primeira questão que é referente à alteração da data, que houve esse pedido feito pelo Conselheiro André, ontem. Repassei a todos os membros do GT, comunicando, mas que é algo para ser discutido na próxima reunião entre todos no dia 03 de setembro, a mudança da data. O primeiro ponto. Segundo, é super importante cobrar na reunião do dia 03 de setembro como que ficou a história do credenciamento online, porque acho que isso ficou um pouco esquecido, na última reunião que tivemos não fechamos isso, não tivemos uma resposta se sim ou não, se a Secretaria conseguiu, porque ele tinha pedido para que verificasse na parte técnica aqui da Secretaria se eles tinham já um sistema para fazer esse processamento online. **Sra. Tereza Lara -** Ana. **Sra. Ana Maluf -** Pois não. **Sra. Tereza Lara -** Acho que temos que discutir mais um pouco o credenciamento. Dependendo da quantidade de pessoas, o número de pessoas que vão, acho que o tempo de credenciamento deveria ser maior. **Sra. Ana Maluf -** É super importante, vocês que têm a experiência, colocar e apontar isso na próxima reunião. Não pode esquecer de falar isso na próxima reunião. Se começar ao meio-dia não está bom, se tem que começar antes, vamos começar antes. O Regimento da Conferência está em elaboração no Departamento de Planejamento da SEHAB para apresentação ao Conselho Pleno na reunião do dia 19 de setembro. Então, tem que ser entregue previamente e na convocatória da reunião do dia 19 tenho que encaminhar no máximo até o dia 09 de setembro a vocês, a minuta desse Regimento que o Mario Reali está elaborando junto com a Evaniza. As datas previstas para realização efetiva da 2ª Conferência em si são nos dias 14 e 15 de março de 2020. É isso que está previsto, falta ainda confirmação efetiva lá do auditório, mas diria 70%, 80% já garantidos. O local que vai ser realizado é no Auditório Elis Regina no Anhembi. O nome da 2ª Conferência é Plano Municipal de Habitação – Metas e Desafios. Então, tratamos agora do GT da 2ª Conferência Municipal de Habitação. Como para realização dela foi criado mais um grupo de trabalho, que é denominado Programas Habitacionais da Cidade de São Paulo, que ele, além de fazer essa tarefa de dar os temas para serem debatidos durante as pré conferências e Conferência, ele vai continuar existindo depois da realização da Conferência, até com os produtos que forem gerados nessa 2ª Conferência. Então, tivemos ali uma reunião no dia 30/7, que era o GT propriamente dito, escrito Programas Habitacionais. E nessa reunião do dia 30/7 foram criados 5 subgrupos, que são subgrupos que vão tratar dos temas para serem discutidos nas pré conferências e depois na Conferência em si. E se agendou para o dia 12 de setembro – Estamos próximos – o resultado do que cada subgrupo produziu. Veja, cada subgrupo, vocês podem olhar que nós tivemos uma reunião só realizada até o momento. O Subgrupo Urbanização e Regularização de Favelas, que aconteceu a reunião no dia 09; o Subgrupo de Locação Social aconteceu a reunião no dia 08/8; o Subgrupo Produção Habitacional por Autogestão no dia 09/8; o Subgrupo Produção Habitacional Empresarial Pública e Produção em Operações Urbanas Consorciadas uma reunião no dia 05/8. Felizmente nesse subgrupo só teve a participação da Sociedade Civil, que foi APEOP, os demais que se inscreveram não apareceram. Mandei um e-mail para eles, perguntando "Não é o caso de fazermos mais uma reunião"? Só que o Álvaro – Eu não estava presente nesta reunião porque estava em outro compromisso com o Dr. Eduardo – está de férias, deve retornar e responder o que eles acham. Mas eles saíam com uma proposta, que encaminhei a todos, desse subgrupo. Espero que marquem uma nova reunião. E o Subgrupo da PPP realizou uma reunião no dia 09/8. Vamos ter outras reuniões, agendadas para o dia 27. Teremos três reuniões, que é o Subgrupo da Locação Social; da Produção Habitacional por Autogestão e da PPP no dia 27. Era para ter sido realizado na semana passada, mas pediram um adiamento em função de alguma agenda de vocês, é isso? **Sra. Fátima -** Isso. **Sra. Ana Maluf -** Do grupo que a Samira coordena, que é da Locação Social, agendada para amanhã. Nesse subgrupo foi que a Samira pediu a participação de técnicos... **Sra. Samira -** Não definiu. **Sra. Ana Maluf -** Não definiram a coordenação, ficou faltando definir, mas que me veio assim a informação, não saiu um coordenador do grupo. Como vocês propuseram a presença de SP Urbanismo para fazer um debate sobre o Pio Central, esclarecimento sobre o Pio Central, e isso foi abraçado aqui pela Secretaria em função da demanda de vários Conselheiros pedindo a mesma coisa, então, tiramos isso da pauta, amanhã vocês poderão discutir outros assuntos dentro do grupo de vocês, e transferimos esse ponto da pauta da reunião de vocês de amanhã para o dia 30, convidando todos os Conselheiros para, no 15º andar, a reunião não será aqui, será no 15º andar, sala 154, às 14h. A SP Urbanismo confirmou a presença de quatro, cinco técnicos importantes lá para esclarecer sobre o Pio Central. Então, aqui temos um apanhado das reuniões, do que aconteceu aqui desse "Programas Habitacionais da cidade de São Paulo e seus subgrupos". Não esquecendo que temos que ter produtos para entregar no dia 12 de setembro. Só aqui, detalhando mais qual é o objetivo desses 5 subgrupos: elaborar os temas para a 2ª Conferência. Repeti aqui o nome de cada subgrupo. Agora, vamos para o GT que hoje estará articulando para aprovação do PMH. Tiveram 3 reuniões: a primeira em 03 de dezembro de 2018; a segunda em 04 de abril de 2019; a terceira em 16 de abril de 2019, foi quando acho que o Vereador Fabio Riva esteve presente. Entendeu que a intenção aqui do Conselho é pela aprovação do Plano o quanto antes. E hoje estará sendo feita a 1ª Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo, às 19h30 vai começar, mas é às 19h que está marcado para as pessoas já estarem lá se credenciando. É no plenário da Câmara, 1º andar, Viaduto Jacareí, nº 100. **Sra. Fátima -** É bom lembrar que essa audiência tinha uma data prevista, devido à greve foi remarcada. **Sra. Ana Maluf -** Foi remarcada para depois. A Câmara entrou em recesso e agora foi agendada para hoje. Então, é a 1ª Audiência Pública que a Câmara está realizando sobre a matéria. O outro GT é Acompanhamento dos Procedimentos de Regularização Fundiária e do Registro das Matrículas das Áreas. Tiveram 10 reuniões, foi um grupo que teve bastante participação, bastante reunião. Começou lá em 10 de dezembro, depois 11 de fevereiro; 26 de fevereiro; 26 de março; 05 de abril; 10 de abril; 17 de abril; 25 de abril; 09 de maio e 25 de junho. Essa grande quantidade de reuniões que aconteceu foi por conta de eles estarem se debruçando em função de quererem elaborar uma minuta do projeto de lei de regularização fundiária municipal. Fugindo um pouco do escopo do que é o objetivo desse GT, que eram os procedimentos internos que a Secretaria deveria adotar para agilizar aqui o processo de regularização fundiária. Eles ampliaram. Temos uma minuta, que ainda não está fechada. Suspenderam. Acharam melhor produzir uma Portaria. Vamos ver aqui, o primeiro produto desse GT foi a Portaria nº 085/SEHAB-G/2019, que criou as normas para protocolar o requerimento de Reurb-S e Reurb-E. Reurb-S é Regularização Fundiária e Urbana de Interesse Social e Reurb-E quando for Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico. Essa Portaria foi elaborada pelo GT. Foi aprovado aqui numa reunião do Conselho Municipal de Habitação e foi publicada no Diário Oficial no dia 03/7/2019, para facilitar exatamente os requerimentos para esse procedimento de regularizar as áreas que assim necessitam. Esse GT, vemos que ele tem uma ligação grande e não pode ser confundido, às vezes tem pessoal que está querendo, quem é desse Subgrupo Urbanização e Regularização de Favelas, está querendo entrar muito no detalhe da regularização, que você tem um grupo específico para isso. Não vamos conseguir dar conta de tratar num subgrupo procedimentos densos, que ainda têm que ser feitos dentro do GT de Regularização Fundiária. Falo isso, porque participei dessa reunião que teve no GT desse Subgrupo de Urbanização e Regularização de Favelas e notei que uma porção de coisas que foram colocadas por um Conselheiro, ele está entrando em detalhes que vão se perder, não vamos conseguir produzir algum tema que o outro, o grupo grande tem mais tempo de se preparar. Não pode chegar no detalhe, querer saber: Oh, quantos funcionários têm ali num setor". Não temos que chegar nesse nível, no meu entender, de detalhamento, temos que chegar nas metas: O que foi feito até agora? O que tem por fazer? No plano de metas estava escrito que vão fazer quantas regularizações fundiárias? O que se avançou? O que temos que fazer? O que podemos melhorar? Mas ser mais objetivos e não esmiuçar em coisas ou em procedimentos que fica a cargo do próprio GT dar continuidade depois da Conferência, ou até durante, caminhando em paralelo. Os grupos têm que continuar o seu funcionamento. Não sei o que vocês acham? O que estou fazendo agora, temos dentro do site do CMH, tudo que acontece no CMH tem ali os blocos, os módulos onde vamos colocando todas as informações: são atas, extratos, tudo que se trata de CMH temos tudo a respeito no site. E temos um módulo que é GTs – Grupos de Trabalho, atualizando tudo. Produzo as informações e a assessoria de imprensa é que coloca no ar. Estou produzindo, detalhando isso para todas as atas, relatorias, cronogramas, as convocatórias que foram feitas para os grupos, ter tudo no site e qualquer um poder acessar. Ao mesmo tempo, em paralelo abri processos aqui dentro, que

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 24 de outubro de 2019 às 02:07:25.

chama-se Processo SEI, tudo que é produzido por cada grupo de trabalho, ou subgrupo, coloco nesses processos, para ter tudo isso para a posteridade. Alguém queira consultar está tudo ali arquivado. Tudo que eu tiver em meu computador sobre isso vai estar lá nesse Processo SEI, para termos uma história e preservar essa história. **Sra. Tereza Lara -** A regularização fundiária tem muita lei. Outro Governo mudou a lei da regularização fundiária e colocou alguns pontos beneficiando os moradores, e outros retirando o direito. O jurídico, os movimentos sociais que não estiver acompanhando desde à outra lei não vai acompanhar. É por isso que tivemos um monte de reuniões. Foi muito cansativo, muito pesado, porque chegávamos às 9h e saíamos às 17h, 19h. **Sra. Ana Maluf -** Sem parar. **Sra. Tereza Lara -** Uma vez, duas vezes por semana tínhamos que fazer isso. **Sra. Ana Maluf -** É verdade. **Sra. Tereza Lara -** Foi muito cansativo. Não ficamos doidas, mas era para deixar doida. Houve uma mudança lá, o jurídico da SEHAB, não concordamos e então voltou a verificar. **Sra. Fátima -** Vou tirar uma foto, que aqui só têm mulheres. Vou colocar "As mulheres dominando o Conselho de São Paulo". **Sra. Ana Maluf -** Alguém gostaria de ter a palavra? (Pausa) Então, iremos à noite à Câmara para a 1ª Audiência Pública, né? **Sra. Samira -** Às 19h? **Sra. Ana Maluf -** O vereador mandou para cá, dizendo que era às 19h. Mas vi que vai começar efetivamente às 19h30. Acho que pede para que as pessoas cheguem antes para não atrapalhar. Agradeço a todos em nome do Secretário. E a próxima reunião, dia 30, para quem gostar de assistir apresentação sobre o Pio Central, que acho que vai ser super importante. E a próxima do Conselho Pleno no dia 19 de setembro, que alteramos a data em função da data que é a 1ª Pré Conferência Regional, que pode ser que mude de novo a data da pré conferência, não a data da reunião do Conselho. (Encerra-se a reunião)

## COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF-G

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: HELENA GOMES TORRES e s/m ALBERTO GOMES TORRES; SEVERINO ALVES DE CARVALHO; JOEL CORREIA DE ARAUJO e s/m SEVERINA FRANCISCA CORREIA DE ARAUJO; CUSTÓDIO JUVENAL ARAUJO e s/m JÚLIA DE SOUZA ARAÚJO; SEVERINO RODRIGUES NEVES e s/m MARIA DA PAIZ DAS NEVES; NASSIM ELIAS NIGRI, JACOUB COHEN, MOYSES IBRAHIN SIMANTOB, MARIO GONÇALVES DOS SANTOS E JOSÉ NIGRI; HELENA GOMES TORRES; BENEDITO FRANCO DA SIQUEIRA; SEVERINO RODRIGUES NEVES.**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER** a todos os relacionados no presente EDITAL ou que dele tiverem conhecimento que a Coordenadoria de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, do Provimento nº 51 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade aos procedimentos de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA da área pública municipal conhecida como **JARDIM GUARANI – BOA ESPERANÇA, tratada no processo administrativo nº 2016-0.258.433-4,** com origem na Transcrição nº 76.788 do 8º Registro de Imóveis de São Paulo/SP, Inscrição 377 do 8º Registro de Imóveis de São Paulo/SP, com localização atual entre a Av. Deputado Cantidio Sampaio e Ruas Manuel Marques de Sousa, Jesuíno Antônio Batista, Juan de Borgoña, Marcelino José de Freitas, Geraldo Benedito da Silva, São Paulo/SP, e que confronta com imóvel de propriedade de **HELENA GOMES TORRES E S/M ALBERTO GOMES TORRES,** titulares de domínio do imóvel da Matrícula nº 23.671, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **SEVERINO ALVES DE CARVALHO,** titular de domínio do imóvel da Matrícula nº 59.802, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **JOEL CORREIA DE ARAUJO E S/M SEVERINA FRANCISCA CORREIA DE ARAUJO,** titulares de domínio do imóvel da Matrícula nº 37.448, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **CUSTÓDIO JUVENAL ARAUJO E S/M JÚLIA DE SOUZA ARAÚJO,** titulares de domínio do imóvel da Matrícula nº 38.536, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **SEVERINO RODRIGUES NEVES E S/M MARIA DA PAIZ DAS NEVES,** titulares de domínio do imóvel da Matrícula nº 41.053, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **NASSIM ELIAS NIGRI, JACOUB COHEN, MOYSES IBRAHIN SIMANTOB, MARIO GONÇALVES DOS SANTOS E JOSÉ NIGRI,** titulares de domínio do imóvel da Transcrição nº 67.650, do 8º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **GABRIEL POLITI e OUTROS,** responsáveis pela Inscrição nº 377, do 8º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **HELENA GOMES TORRES,** com endereço na Rua Geraldo Benedito da Silva, 43 – Vila Souza, São Paulo/SP, responsável pelo SQL n º 308.030.0003;**BENEDITO FRANCO DA SIQUEIRA,** com endereço na Rua Geraldo Benedito da Silva, 09 – Vila Souza, São Paulo/SP, responsável pelo SQL n º 308.030.0011-9; **SEVERINO RODRIGUES NEVES,** com endereço na Rua Geraldo Benedito da Silva, 113 – Vila Souza, São Paulo/SP, responsável pelo SQL n º 308.030.0010-0. Ficam, portanto, **NOTIFICADOS** os confrontantes a apresentar suas razões de discordância à regularização fundiária mencionada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital, impugnação fundamentada por escrito, dirigida à COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, instalada na Rua São Bento, nº 405, 9º andar, Centro, São Paulo/SP, no horário das 9:00 às 17:00 horas, presumindo-se a sua concordância no caso da não apresentação da impugnação no prazo assinalado. E, para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar ignorância, expede-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município. São Paulo, 22 de outubro de dois mil e dezenove.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: JULIANA APARECIDA CATARINO DE OLIVEIRA e/sm DOUGLAS DE OLIVEIRA; GUILHERME DE SANTANA ARANTES; LEANDRO DOMINGUES DE CAIRES; SÃNDALO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA; ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A; ELIZABETH DE FÁTIMA, EDGAR RANGEL JUNIOR e SÉRGIO RANGEL; ORLANDO FRANCISCO e s/m ADENIZIA APARECIDA FRANCISCO; SEVERINO FELIX DA SILVA; KEMEL ADDAS e s/m ROSA SABAG ADDAS; SÉRGIO SOLÉ; CAIXA ECONOMICA FEDERAL.**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER** a todos os relacionados no presente EDITAL ou que dele tiverem conhecimento que a Coordenadoria de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, do Provimento nº 51 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade aos procedimentos de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA da área pública municipal conhecida como **MONTE KEMEL II, tratada no processo administrativo nº 2017-0.139.633-1,** com origem na Inscrição nº 320 do 11º Registro de Imóveis de São Paulo/SP, com localização atual entre na Av. Professor Gioia Martins, Jardim Monte Kemel, São Paulo/SP, e que confronta com imóvel de propriedade de **JULIANA APARECIDA CATARINO DE OLIVEIRA e s/m DOUGLAS DE OLIVEIRA,** titulares de domínio do imóvel da Matrícula nº 42.919, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **GUILHERME DE SANTANA ARANTES,** titular de domínio do imóvel da Matrícula nº 42.953, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **LEANDRO DOMINGUES DE CAIRES,** titular de domínio do imóvel da Matrícula nº 42.078, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP e SQL nº 123.055.0024-5; **SÃNDALO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA** titular de domínio do imóvel da Matrícula nº 181.249, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A,** titular de domínio do imóvel da Matrícula nº 181.249, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **ELIZABETH DE FÁTIMA, EDGAR RANGEL JUNIOR e SÉRGIO RANGEL,** titulares de domínio do imóvel da Matrícula nº 104.059, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **ORLANDO FRANCISCO e s/m ADENIZIA APARECIDA FRANCISCO,** titulares de domínio do imóvel da Matrícula nº 71.711, do 18º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **SEVERINO FELIX DA SILVA,** titular de domínio do imóvel da Transcrição nº 100.959, do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **KEMEL ADDAS e s/m ROSA SABAG ADDAS,** titulares de domínio do imóvel da Inscrição nº 320, do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **SÉRGIO SOLÉ,** com endereço na Rua Ministro Rafael de Barros Monteiro, 216 – Jardim Monte Kemel, São Paulo/SP, responsável pelo SQL n º 123.055.0020-2; **CAIXA ECONOMICA FEDERAL,** com endereço na Rua Ministro Rafael de Barros Monteiro, 252 – Jardim Monte Kemel, São Paulo/SP, responsável pelo SQL n º 123.055.0085-7. Ficam, portanto, **NOTIFICADOS** os confrontantes a apresentar suas razões de discordância à regularização fundiária mencionada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital, impugnação fundamentada por escrito, dirigida à COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, instalada na Rua São Bento, nº 405, 9º andar, Centro, São Paulo/SP, no horário das 9:00 às 17:00 horas, presumindo-se a sua concordância no caso da não apresentação da impugnação no prazo assinalado. E, para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar ignorância, expede-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município. São Paulo, 23 de outubro de dois mil e dezenove.

# HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

## GABINETE DO SUPERINTENDENTE

**PROCESSO Nº 6210.2018/0003721-8**

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

I - O Superintendente do **Hospital do Servidor Público Municipal,** no uso de suas atribuições legais, com fundamento 78, XI da lei 8666/93, autoriza a RESCISÃO do Termo de Contrato n.º **462/2018** de Contrato, celebrado entre o **HSPM** e a empresa **COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO ERECTA LTDA,** CNPJ 43.420.629/0001-01, que tem por objeto a prestação de serviços de "MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DA MARCA: BAUMER (SEM APLICAÇÃO DE PEÇAS).

**PROCESSO Nº 6210.2018/0002133-8**

**DESPACHO**

I – À vista dos elementos constantes no procedimento administrativo em tela, no uso das atribuições conferidas no artigo 4º, XIV da Lei Municipal nº 13.766/2004, considerando a manifestação da Assessoria Jurídica desta Autarqauia, que acolho pelos próprios fundamentos, com fundamento no disposto no artigo 14, I, do Decrto Municipal 56.144/2015, **AUTORIZO** a prorrogação pelo período de 01 (um) ano, da vigência da seguinte Ata de Registro de Preços: 170/2018-HSPM, objeto: **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS UNIDADES REQUISITANTES DO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (HSPM),** detentora: WANDA COM.DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-EPP (CNPJ: 12.358.170/0001-21), início da vigência: 06/11/2019.

II – Publique-se.

**PROCESSO Nº 6210.2019/0007870-6**

**DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE**

I – A vista dos elementos constantes nestes autos e pela competência que me foi delegada através da Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, **APLICO** à empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A., CNPJ: 60.665.981/0009-75, a penalidade de multa no montante R$ 790,68 (setecentos e noventa reais e sessenta e oito centavos), que corresponde a 11% sobre o valor da Nota Fiscal nº 368808, em virtude do atraso na entrega do material, conforme previsto no subitem 8.1.3 do item 8.1 da Cláusula Oitava - Das Penalidades da Ata de Registro de Preços nº 250/2019 – SMS.G.

II – Prazo Recursal de 05 (cinco) dias úteis.

III – Publique-se.

**PROCESSO Nº 6210.2019/0007685-1**

**DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE**

I – A vista dos elementos constantes nestes autos e pela competência que me foi delegada através da Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, **APLICO** à empresa AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 001.645.409/0003-90, a penalidade de multa no montante R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), que corresponde a 12% sobre o valor da Nota Fiscal nº 292226, em virtude do atraso na entrega do material, conforme previsto no subitem 9.1.3 do item 9.1 da Cláusula IX - Das Penalidades da Ata de Registro de Preços nº 097/2018 – HSPM.

II – Prazo Recursal de 05 (cinco) dias úteis.

III – Publique-se.

**PROCESSO Nº 6210.2019/0007848-0**

**DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE**

I – A vista dos elementos constantes nestes autos e pela competência que me foi delegada através da Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, **APLICO** à empresa BERNIERI & CIA LTDA, CNPJ nº 19.316.473/0001-20, a penalidade de multa no montante R$ 25,00 (vinte e cinco reais), que corresponde a 2% sobre o valor da Nota Fiscal nº 137, em virtude do atraso na entrega do material, conforme previsto no subitem 1.1.4 do item 1.1 da Cláusula VII do Termo de Contrato nº 256/2019, Pregão Eletrônico nº 211/2019, Nota de Empenho nº 2289/2019.

II – Prazo Recursal de 05 (cinco) dias úteis.

III – Publique-se.

**SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI**
**DESPACHOS: LISTA 456**

**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**
ENDERECO: RUA CASTRO ALVES, 60
**PROCESSO nº 6210.2019/0008455-2**
**Interessado (a): Expedito Lopes da Silva**
**Assunto: Exclusão de Registro Hospitalar**
**Despacho Deferido**

I - Defiro, nos termos do parecer da Procuradoria desta Autarquia.

II - Publique-se.

III - Após, encaminhe-se à Seção Técnica de Marcação de Consulta para anotações cabíveis.

## DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO

**NOTIFICAÇÕES**

**PROCESSO Nº 6210.2019/0008211-8**

Em virtude do atraso na entrega do produto discriminado na Nota Fiscal nº 159316, a empresa **ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA** fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R$ 1.836,00 (um mil oitocentos e trinta e seis reais), que corresponde a 18% do valor da referida Nota Fiscal, com base na Cláusula Oitava – Das Penalidades, item 8.1, subitem 8.1.3 do Termo de Contrato nº 253/2019 da ATA de Registro de Preço nº 158/2019 – SMS.G, Processo nº 6210.2019/0008211-8.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para Defesa Prévia, a qual poderá ser enviada para o e-mail hspmprotocolo@hspm.sp.gov.br ou protocolada pessoalmente junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo desta Autarquia, na Rua Castro Alves nº 60, 2º andar – Aclimação – São Paulo/SP.

# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

## GABINETE DO SUPERINTENDENTE

## BENEFÍCIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO**

**6310.2019/0003385-4 - JOSE HAMILTON FRANCO DE OLIVEIRA** - Defiro o pedido de Certidão Negativa.

**COMUNICADO**

**6310.2019/0002457-0 - MOACYR SILVA MONTEIRO** - Para dar andamento com providências que lhe compete, ao pedido formulado, **fica convocado**, nos termos do artigo 56, inciso II do Decreto nº 51.714/2010, a comparecer, neste Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, situado a Av. Zaki Narchi, nº 536 - Carandiru, para o que lhe está assinalado o prazo de 05 dias corridos.

**EXTINÇÃO DE PENSÃO**

**6310.2019/0001466-3 - BENEDICTA ALVES DAMASCENO CRUZ** - À vista das informações e com base no artigo 30, inciso "a", da Lei nº 7447/700, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 23/04/2019.

**6310.2019/0001471-0 - MARIA DA PENHA GONÇALVES** - À vista das informações e com base no artigo 30, "a" da Lei nº 7.447/70, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 08/05/2019.

**6310.2019/0001552-0 - IRMA SANT'ANA CARDOSO** - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 04/04/19.

**6310.2019/0001554-6 - LOURDES CONCEIÇÃO CRUZ POIANI** - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 14/04/2019.

**6310.2019/0001559-7 - MARLENE LOPES ROSA** - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 27/04/2019.

**6310.2019/0001561-9 - BENEDITA DE OLIVEIRA LUIS** - À vista das informações e com base no artigo 23, I e parágrafo único do artigo 24, todos da Lei nº 09.157/80, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 05/04/19.

**6310.2019/0001570-8 - ALZIRA BITTENCOURT PAULINO** - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 09/03/2019.

**6310.2019/0001571-6 - CLEUZA EUGENIA PINHEIRO** - À vista das informações e com base no artigo 23, I e parágrafo único do artigo 24, todos da Lei nº 9.157/80, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 18/03/2019.

**6310.2019/0003427-3 - DURVALINA ISIDORO FARIA** - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 04/10/2019.

**INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – INDEFERIDOS**

**6310.2019/0002568-1 - MARIA REJANE DOS SANTOS e GUILHERME DE SOUZA SANTOS** - Tendo transcorrido "in albis" o prazo concedido nos termos do artigo 56, inciso II, do Decreto nº 51.714/2010, **INDEFIRO** os pedidos constantes no documento SEI 020217948, por abandono.

**6310.2019/0002711-0 - NOÊMIA MARIA SANTANA DE CAMARGO** - Tendo transcorrido "in albis" o prazo concedido nos termos do artigo 56, inciso II, do Decreto nº 51.714/2010, **INDEFIRO** o pedido constante no documento SEI 020563424, por abandono.

## DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

**CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – HOMOLOGAÇÃO**

6013.2019/0003695-6 - PMSP – LINDINALVA BARBOSA DA LUZ – RF(s): 539.144.0-01 e 539.144.0-02 - CTC(s) nº(s) 2362 e 2363/IPREM/2019 emitida(s) em 02/10/2019;

6018.2019/0021969-1 - PMSP – NELSON ENGELBRECHT ZANTUT – RF(s): 578.135.3-01, 578.135.3-02 e 578.135.3-05 - CTC(s) nº(s) 2507, 2508 e 2509/IPREM/2019 emitida(s) em 02/10/2019 e

6018.2019/0033551-9 - PMSP – ALZIRA BOMBONATO DE MELO RIOS DA SILVA – RF(s): 753.472.8-01 - CTC(s) nº(s) 2553/IPREM/2019 emitida(s) em 22/10/2019.

HOMOLOGO as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008. Publicada no DOU de 16/05/2008.

**CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - CANCELAMENTO DE HOMOLOGAÇÃO**

2011-0.153.725-2 - PMSP - NELSON ENGELBRECHT ZANTUT – RF(s): 578.135.3-01, 578.135.3-02 e 578.135.3-05 - CTC(s) nº(s) 3209, 3210 e 3211/IPREM/2011 publicada(s) em 29/11/2011.

# JUSTIÇA

## COORDENADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO - FA N.º: 35.111.001.19-0000354**

Fornecedor: Banco Santander / CNPJ: 07.707.650/0001-10

EXTRATO DE DECISÃO : Considerando que o fornecedor, ao ser notificado para comprovar o atendimento da pretensão do consumidor e/ou apresentar defesa, prestou informações que, analisadas em cotejo com as alegações e documentos apresentados pelo reclamante, demandam dilação probatória para a completa elucidação do ocorrido, não comportada pelos recursos e atribuições que detém esta Coordenadoria de Defesa do Consumidor, DECIDO que o processamento da presente RECLAMAÇÃO encontra-se impossibilitado, devendo esta ser considerada PREJUDICADA, conforme inciso III, do artigo 29 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017, que dispõe:

"Art. 29. Finda a instrução, as reclamações individuais e coletivas receberão manifestação técnica conclusiva, no âmbito do PROCON Paulistano, obedecendo-se à seguinte codificação: [...]

III – reclamação prejudicada;"

Encaminhe-se à Divisão de Fiscalização da Coordenadoria de Defesa do Consumidor - PROCON Paulistano, para devida ciência.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO - FA N.º: 35.111.001.19-0000400**

Fornecedor: GABRIEL AUGUSTO DA SILVA - A ESPECIALISTA / CNPJ: 27.547.197/0001-30

DESPACHO: Diante do exposto, considerando os fatos noticiados e os documentos apresentados, bem como ausência de atendimento à pretensão do reclamante, existem elementos de verossimilhança suficientes para caracterizar o descumprimento da legislação de proteção e defesa do consumidor mencionada na fundamentação.

Assim, decido que a presente RECLAMAÇÃO deve ser considerada FUNDAMENTADA NÃO ATENDIDA, nos termos inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, e do artigo 31 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

Por conseguinte, inclua-se o nome do fornecedor no cadastro previsto no artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990, no inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e no artigo 33 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

À Divisão de Fiscalização desta Coordenadoria de Defesa do Consumidor - PROCON Paulistano, para ciência

**PROCESSO ADMINISTRATIVO - FA N.º: 35.111.001.19-0000376**

Fornecedor: Rappi BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA / CNPJ: 26.900.161/0001-25

DESPACHO: Diante do exposto, considerando os fatos noticiados e os documentos apresentados, bem como ausência de atendimento à pretensão do reclamante, existem elementos de verossimilhança suficientes para caracterizar o descumprimento da legislação de proteção e defesa do consumidor mencionada na fundamentação.

Assim, decido que a presente RECLAMAÇÃO deve ser considerada FUNDAMENTADA NÃO ATENDIDA, nos termos inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, e do artigo 31 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

Por conseguinte, inclua-se o nome do fornecedor no cadastro previsto no artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990, no inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e no artigo 33 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

À Divisão de Fiscalização desta Coordenadoria de Defesa do Consumidor - PROCON Paulistano, para ciência.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO - FA N.º: 35.111.001.19-0000420**

Fornecedor: PERTO S A PERIFERICOS PARA AUTOMACAO / CNPJ: 92.080.035/0001-04

DESPACHO: Considerando que o fornecedor, ao ser notificado para comprovar o atendimento da pretensão do consumidor e/ou apresentar defesa, adotou as providências necessárias para a solução do conflito existente na relação de consumo, decido que a presente RECLAMAÇÃO deve ser considerada FUNDAMENTADA ATENDIDA, conforme artigo 57 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e inciso I do artigo 29 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

Por conseguinte, inclua-se o nome do fornecedor no cadastro de que trata o artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990, o inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e o artigo 33 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

À Divisão de Fiscalização desta Coordenadoria de Defesa do Consumidor, para devida ciência.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO - FA N.º: 35.111.001.19-0000392**

Fornecedor: Poupe Crédito Negativado / CNPJ:

DESPACHO: Diante do exposto, considerando os fatos noticiados e os documentos apresentados, bem como ausência de atendimento à pretensão do reclamante, existem elementos de verossimilhança suficientes para caracterizar o descumprimento da legislação de proteção e defesa do consumidor mencionada na fundamentação.

Assim, decido que a presente RECLAMAÇÃO deve ser considerada FUNDAMENTADA NÃO ATENDIDA, nos termos inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, e do artigo 31 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

Por conseguinte, inclua-se o nome do fornecedor no cadastro previsto no artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990, no inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e no artigo 33 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

À Divisão de Fiscalização desta Coordenadoria de Defesa do Consumidor - PROCON Paulistano, para ciência.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO - FA N.º: 35.111.001.19-0000426**

Fornecedor: DUCIRLE MARIA AVELINO DOS REIS 05140736837 / CNPJ: 22.271.194/0001-00

DESPACHO: Diante do exposto, considerando os fatos noticiados e os documentos apresentados, bem como ausência de atendimento à pretensão do reclamante, existem elementos de verossimilhança suficientes para caracterizar o descumprimento da legislação de proteção e defesa do consumidor mencionada na fundamentação.

Assim, decido que a presente RECLAMAÇÃO deve ser considerada FUNDAMENTADA NÃO ATENDIDA, nos termos inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, e do artigo 31 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

Por conseguinte, inclua-se o nome do fornecedor no cadastro previsto no artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990, no inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e no artigo 33 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

À Divisão de Fiscalização desta Coordenadoria de Defesa do Consumidor - PROCON Paulistano, para ciência.

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - FA N.º: 35.111.001.19-0000423**

Fornecedor: ZANC ASSESSORIA NACIONAL DE COBRANCA LTDA / CNPJ: 04.820.805/0001-32

Consumidor(a): UBELANIA DA SILVA RIBEIRO FIEL

DESPACHO: Trata-se de reclamação instaurada a requerimento da consumidora acima indicada em face do fornecedor em epígrafe, nos termos do artigo 33, inciso III, do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997.

Após o devido processamento e encerramento, constatou-se que a Defesa enviada tempestivamente pelo fornecedor a esta Coordenadoria de Defesa do Consumidor, por razões desconhecidas, não ingressou na caixa de e-mail departamental para a qual foi direcionada. Por consequência, não foi levada em consideração quando da prolação da DECISÃO havida em 08 de outubro de 2.019, com extrato publicado no Diário Oficial desta Cidade em 11 de outubro de 2.019. Desta forma, entendo por TORNAR SEM EFEITO tal deliberação, reabrindo-se o procedimento administrativo.

Publique-se.

Após, encaminhe-se à Divisão de Fiscalização desta Coordenadoria de Defesa do Consumidor - PROCON Paulistano, para devida ciência.

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - FA N.º: 35.111.001.19-0000203**

Fornecedor: 99 TECNOLOGIA LTDA / CNPJ: 18033552000161

Consumidor: ROGERIO VIANA

DESPACHO: Trata-se de reclamação instaurada a requerimento do consumidor acima indicada em face do fornecedor em epígrafe, nos termos do artigo 33, inciso III, do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997.

Após o devido processamento e encerramento, constatou-se a ocorrência de erro formal durante a execução do procedimento realizado com vias de concluir a tramitação da demanda nesta Coordenadoria de Defesa do Consumidor – PROCON Pau-

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 24 de outubro de 2019 às 02:07:25.